

COMPLEXO TERRITORIAL DA CELULOSE EM MATO GROSSO DO SUL: CRISE AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL E DEPENDÊNCIA

CELLULOSE TERRITORIAL COMPLEX IN MATO GROSSO DO SUL: ENVIRONMENTAL CRISIS, (UN)SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND DEPENDENCE

Eduardo Gomes da Costa¹
Thiago Araujo Santos²

Resumo

Este artigo analisa as significativas transformações territoriais impulsionadas pela expansão da produção de celulose em Mato Grosso do Sul, Brasil. A instalação de plantas industriais em Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo, juntamente com a previsão de novas unidades em Inocência e Bataguassu (ou Água Clara), está diretamente associada à rápida expansão dos monocultivos de eucalipto no estado, que em 2024 ultrapassaram 1,5 milhão de hectares de área plantada. Argumenta-se que a especialização produtiva desse setor — materializada na formação do chamado “Vale da Celulose” — constitui uma expressão regional da inserção historicamente dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho. Os impactos socioambientais desse processo, muitas vezes ocultados por discursos de “desenvolvimento sustentável”, têm sido agravados por uma crise mais ampla do capital, na qual a natureza e a força de trabalho são superexploradas como forma de compensar desvantagens comparativas na economia global. A análise baseia-se em dados secundários oficiais, pesquisa bibliográfica e revisão de matérias veiculadas na mídia local sobre os setores de eucalipto e celulose.

Palavras-chave: Expansão territorial; monocultivos de eucalipto; divisão internacional do trabalho; capitalismo dependente.

Abstract

This article analyzes the significant territorial transformations driven by the expansion of cellulose production in Mato Grosso do Sul, Brazil. The establishment of industrial plants in Três Lagoas and Ribas do Rio Pardo, along with the planned installation of new units in Inocência and Bataguassu (or Água Clara), is closely tied to the rapid growth of eucalyptus monocultures, which by 2024 occupied over 1.5 million hectares. We argue that the productive specialization of this sector – epitomized by the emergence of the so-called “Vale da Celulose” – constitutes a regional expression of Brazil’s historically dependent integration into the international division of labor. The socio-environmental impacts of this process, often masked by narratives of “sustainable development,” have been exacerbated by a broader crisis of capital, in which both natural resources and labor are subject to intensified exploitation as a strategy to mitigate comparative disadvantages in the global economy. The analysis is based on secondary official data, bibliographic research, and a review of local media coverage related to the eucalyptus and cellulose industries.

Keywords: Territorial expansion; eucalyptus monoculture; international division of labor; dependent capitalism.

¹ Graduando do curso de Geografia UFMS/CPTL; Email: eduardo.g@ufms.br

² Doutor em Geografia. Docente do curso de Geografia UFMS/CPTL; Email: thiago.a@ufms.br

Introdução

O presente trabalho busca analisar os desdobramentos socioambientais relacionados a expansão do complexo territorial da celulose no leste do Mato Grosso do Sul, onde estão fixadas as três fábricas de celulose em funcionamento do estado, uma em Ribas do Rio Pardo, da Suzano, e duas em Três Lagoas, sendo uma também da Suzano e uma da Eldorado Brasil. Outra fábrica está em construção em Inocência, da empresa chilena Arauco, e uma quinta foi anunciada pela empresa Bracell, em processo de realização de estudos de viabilidade em Água Clara ou Bataguassu.

O agronegócio representou 95,53% de todas as exportações do estado em 2024, sendo os “produtos florestais” responsável por 28,13% (US\$ 2,67 bi) das exportações do setor. A celulose represa 99,06% desse montante, tendo como principais destinos China (54,90%), Países Baixos (8,94%) e Itália (8,42%) (Famasul, 2025).

A área total de eucalipto plantado no Mato Grosso do Sul alcançou em 2024 cerca de 1,58 milhões de hectares, segundo dados produzidos no Sistema de Informação Geográfica do Agronegócio de Mato Grosso do Sul (SIGA-MS), em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC). Esse dado expressa um aumento de cerca de 15% em relação ao ano anterior. Do total, 93% (1,35 milhão de hectares) estaria na porção leste do estado, no chamado “Vale da Celulose” (Siqueira, 2024). Em destaque estão os municípios de Ribas do Rio Pardo (26,5%), Três Lagoas (19,6%) e Água Clara (10,3%)³.

Diante da expressividade desses dados cabe refletir quais os efeitos dessa produção no ambiente. Estudos e pesquisas nos últimos anos vêm associando a plantação de eucalipto à degradação de pelo menos 350 nascentes no interior do estado (Mamédio, 2025), ao desaparecimento de espécies da fauna e da flora (Dubos-Raoul; Almeida, 2022) e evasão/expulsão de trabalhadores do campo, ameaçando a existência de comunidades tradicionais e a manutenção de seu modo de vida (Almeida, 2013).

Mais do que isso, cabe analisar como os efeitos da territorialização do complexo da celulose no Mato Grosso do Sul se relacionam à divisão internacional do trabalho e a inserção do Brasil no mercado mundial. O argumento que se procura construir no presente trabalho, tendo como base analítica a teoria marxista da dependência (TMD), é de que a drenagem dos recursos naturais nos países da periferia é qualitativamente distinta da que ocorre nos países centrais. Essa diferença reside na diferente dinâmica

³ Disponível em: <<https://portal-sigaweb-aprosojams.hub.arcgis.com/>>

produtiva entre esses países, característica da relação de dependência: predominância de produtos industriais nos países centrais e produtos primários nos países periféricos (Marini, 2017). A inserção dos países dependentes no comércio mundial enquanto exportadores de alimentos e matérias primas requer o uso (e abuso) dos recursos naturais existentes. A necessidade de compensação, devido à mecanismos de transferência de valor, impele à expansão do agronegócio, através de desmatamento, degradação e expropriação de terras de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Desta forma, o uso da terra pelo complexo territorial da celulose no Mato Grosso do Sul é uma expressão da dependência e de uma “superexploração da natureza” (Palar; Granato, 2023), aliada a superexploração da força de trabalho (Marini, 2017), que é legitimada, pelo Estado brasileiro, nas instâncias municipal, estadual e federal.

O trabalho está dividido em introdução, um tópico destinado a analisar o lugar do discurso do desenvolvimento sustentável no âmbito da crise ambiental e a relação de dependência na produção de *commodities* brasileira, um segundo tópico analisando a expansão territorial do monocultivo de celulose no Mato Grosso do Sul e o lugar do Estado na atuação e legitimação dessas empresas e por fim as considerações finais.

A crise ambiental, a farsa do desenvolvimento sustentável e a dependência

A questão ambiental entra no centro do debate a nível internacional a partir da Primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, promovida em 1972 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo (Freitas *et al.*, 2012), onde se discute a necessidade de alcançar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, nos moldes capitalistas, e a preservação ambiental. Essa proposição se torna, segundo Oliveira (2019, p. 235), “inapelavelmente, um consenso” entre os países das Nações Unidas, a partir do lançamento do Relatório Brundtland, em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Nesse relatório, o termo desenvolvimento sustentável foi definido como “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.7 *apud* Freitas *et al.*, 2012, p. 44).

Uma série de congressos e reuniões da ONU desde então pautaram esse debate, entre eles a RIO-92 em 1992 no Rio de Janeiro, a RIO+10 no ano de 2002 em Joanesburgo, África do Sul, a RIO+20 novamente no Rio de Janeiro em 2012, e por fim, em 2015, na Resolução 70 da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde foram

propostos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁴ a serem alcançados até 2030, acordado por 197 países (Oliveira, 2019).

Segundo Marques (2015) a degradação ambiental passou, em determinado momento do século passado, a ser lida como obstáculo à acumulação capitalista, passando o “desenvolvimento sustentável” a emergir como promessa de mitigar os impactos e promover o sonhado desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental, representando um objetivo global “a ser atingido no Século XXI [...] como se fosse um novo paradigma para a produção e consumo mundial” (Oliveira, 2019, p. 21).

Palar e Granato (2023) vão na contramão desta leitura, afirmando que:

[...] a crise ambiental não pode ser considerada um limite físico ao capitalismo, pois esse modo de produção é capaz de superar tais problemas, seja através do aumento de custos, com a reciclagem de produtos ou diminuição de salários, por exemplo (Foladori, 1997 apud Palar; Granato, 2023, p. 8).

Concordamos com os autores, pois, a existência de um “limite físico” ao desenvolvimento capitalista esbarra em uma contradição flagrante: a degradação ambiental é produto e condicionante da própria lógica interna do modo de produção capitalista, a acumulação pela acumulação, em um processo desenfreado de busca por expansão, que foge do controle individual dos capitalistas. A esse respeito, é fundamental compreender que:

[...] o desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário o sustento crescente do volume de capital despendido num determinado empreendimento industrial, e a competição faz cada capitalista sentir as leis iminentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. Essas leis forçam cada capitalista a manter constantemente o aumento do seu capital, para preservá-lo; no entanto, ele não consegue aumentá-lo, exceto por meio da acumulação progressiva (Marx, 1967, p. 592 apud Harvey, 2005, p. 44).

Desta forma, como apontado por Freitas *et al.* (2012, p. 43):

[...] o desenvolvimento econômico do capitalismo sempre acarretou a degradação social e ecológica, será, no entanto, nas três últimas décadas que as manifestações das insustentáveis relações com o planeta constituíram um conjunto de contradições que levaram à identificação da denomina da “crise ambiental”. Esta tem sido definida, principalmente, por meio das mudanças climáticas, como o aumento da temperatura da Terra em decorrência do efeito estufa, as devastações das florestas tropicais, a redução da biodiversidade, as exaustões e contaminações dos solos, das águas e dos mares, as extinções de animais, relacionadas em alguma medida com o aumento dos desastres socioambientais, aumento da população, urbanização e uso de energias com base em recursos não renováveis.

⁴ Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>

A crise ambiental global, apontada pelos autores, chegou a patamares extremos no século XXI. “A era da ebulição global chegou”, afirmou o secretário-geral da ONU, António Guterres, em 2023, no mês de julho mais quente de todos os tempos (ONU, 2023). Este estado das coisas vai na contramão em absoluto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Os reflexos da crise ambiental, porém, não são homogêneos. Diferentes regiões do globo estão mais ou menos vulneráveis às suas consequências, estando o Brasil inserido no primeiro grupo (Dantas, 2022). Essas diferenças qualitativas de degradação se dão a partir das raízes coloniais e da acumulação primitiva na América, África e Ásia, que propiciou o florescimento industrial na Europa.

A exploração e a pilhagem envolvidas nesse processo configuram o ciclo da produção e da reprodução da subserviência. As estruturas socioeconômicas e os sistemas políticos internos dos países periféricos auxiliam na autossabotagem, levando-os a repetitivas formas de dependência, de causas estruturais com amarras complexas (Freitas *et al.*, 2012, p. 47).

A reorganização imperialista do pós-guerra e a implantação do Estado de Bem-Estar Social⁵, em contexto de guerra fria, sobretudo na Europa e EUA, intensificou uma expansão geográfica do capital (Harvey, 2005),

[...] que visa, às expensas dos países pobres ou em desenvolvimento (extração de mais-valia por meio de relações degradantes de trabalho, deterioração dos recursos naturais, obtenção de fundos públicos via subsídios e/ou e/ou renúncia fiscal), a ampliação da riqueza nos países de capitalismo avançado (Xavier, 2017, p. 148).

Essa subordinação abusiva se baseia em uma relação de dependência entre os países periféricos e centrais, que é definida como

[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2017, p. 327).

O processo de consolidação da indústria moderna, e a especialização nesse setor pelos países imperialistas, durante a “era de ouro” (Hobsbawm, 2007) do capitalismo, foi baseada na grande disponibilidade de produtos agrícolas provindos dos países dependentes, propiciando uma transformação qualitativa na produção de mais-valia dos países centrais, como apontado por Marini (2017, p. 328):

⁵ Baseada na política econômica keynesiana: consumo em massa, pleno emprego, economia regulada pelo Estado, grandes investimentos públicos em políticas sociais etc. (Chaui, 2020).

[...] as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador.

E complementa:

O efeito dessa oferta [...] será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais (Marini, 2017, p. 329).

O rebaixamento dos custos de produção nos países centrais, que permitiu um abrandamento na exploração do trabalho nesses países ao passo que produziu um aumento da taxa de mais-valia relativa, necessitava do barateamento tanto de produtos alimentícios agrícolas, quanto de matérias primas para a indústria.

Esse barateamento só se fez possível através do mecanismo de troca desigual, entre centro e periferia, que se dá, segundo Marini, em detrimento do monopólio produtivo dos países imperialistas de alto valor agregado (sobretudo tecnologia). Em outras palavras,

[...] o mero fato de que umas [nações] produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual (Marini, 2017, p. 332).

Desta forma, o autor assinala:

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias [...] Frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio de produção, podemos identificar — sempre no nível das relações internacionais de mercado — um mecanismo de compensação (Marini, 2017, p. 331–332).

A compensação realizada pelos capitalistas da periferia diante da desigualdade estrutural nas relações econômicas com os capitalistas dos países centrais se dá através

da superexploração da força de trabalho, que para Ruy Mauro Marini (2017, p. 334), se assenta em três mecanismos fundamentais: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”. Esses mecanismos permitem uma superextração de mais-valia dos trabalhadores da periferia, que compensaria as perdas pela transferência de valor.

Existe, porém, uma outra dimensão desse processo a ser considerada. Como afirma Marx:

O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana (Marx, 2012, p. 23).

A riqueza produzida na periferia e extraída para os países centrais se faz em dois polos interligados: exploração do trabalho e exploração da natureza. Na mesma medida em que a necessidade de compensação se desenrola na superexploração da força de trabalho na periferia, ocorre uma intensificação da exploração da natureza, considerando sobretudo o papel dos países dependentes no comércio mundial: exportadores de produtos primários. Palar e Granato (2023, p. 13) evidenciam esse processo:

A forma com que a burguesia nacional busca sair dessa relação, portanto, acaba por ampliar a dependência. E essa tentativa, em regra, não assola apenas o trabalhador, mas também a própria natureza, pois se avança sobre a terra e seus recursos naturais, a fim de explorá-los para gerar mais capital e superar a condição de país subdesenvolvido. Observa-se, portanto, que a condição de dependência influi na forma com que a natureza é explorada nos países latino-americanos.

E complementam:

Nessa perspectiva, há uma superexploração da natureza, aos mesmos moldes de que há uma superexploração do trabalhador nas economias dependentes. E isso não significa afirmar que há apenas um aumento do grau de exploração da natureza, bem como do trabalhador. Na verdade, quer-se dizer que esse exaurimento do trabalhador e da natureza ocorrem com o fito de compensar a transferência de valor extraordinário para os países imperialistas e constituem uma forma de reprodução ampliada da dependência (Palar; Granato, 2023, p. 14–15).

Exemplos empíricos da superexploração da natureza podem ser observados no Brasil. Segundo o Global Forest Watch, no ano de 2022, o país liderou o ranking mundial de desmatamento de floresta úmida, tendo sido responsável por 43% do total desmatado no planeta no ano. O total perdido chegou a 18 mil km², ou seja, 1,8 milhão de hectares (Prizibiszki, 2022). De acordo com a mesma organização, o Brasil foi o

segundo país que mais perdeu vegetação da floresta amazônica em seu território, 8,46% desde 2002, com uma média de floresta brasileira perdida de 2002 a 2022 de 1,3 milhão de hectares por ano (Rodrigues, 2023).

Na mesma proporção o país é líder mundial na exportação de soja, carnes, sucroalcooleiro, café, produtos florestais e suco de laranja (Franco, 2024). Tomando a soja como exemplo, de janeiro a novembro de 2024, o país exportou 96,8 milhões de toneladas (Newe Seguros, 2024). Os dez produtos mais exportados pelo país são *commodities*: produto primários ou minimamente processados, conforme tabela 1.

Tabela 1: Dez produtos brasileiros mais exportados em 2024.

Posição	Produto	Valor
1	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	US\$ 45 bi
2	Soja	US\$ 42,9 bi
3	Minério de ferro e seus concentrados	US\$ 29,9 bi
4	Açúcares e melaços	US\$ 18,6 bi
5	Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	US\$ 11,7 bi
6	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)	US\$ 11,6 bi
7	Café não torrado	US\$ 11,3 bi
8	Celulose	US\$ 10,6 bi
9	Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais	US\$ 10,4 bi
10	Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	US\$ 9,1 bi

Fonte: Comex Stat, 2025. Organização dos autores.

Esses dois pontos estão intimamente conectados. O desmatamento e a degradação sistêmica da natureza são essenciais para a expansão geográfica do capital, no Brasil, sob hegemonia do agronegócio, para a produção principalmente de *commodities* para a exportação. Olhando detidamente para o setor da celulose, oitavo produto mais exportado pelo país (tabela 1), e mais especificamente para o complexo da celulose territorializado no Mato Grosso do Sul, a degradação é legitimada e mascarada através de uma aliança íntima com o Estado brasileiro, que se torna agente ativo no processo de territorialização desse capital.

Complexo territorial da celulose e a degradação legitimada

Almeida (2013) aponta que a partir de 2007 deu-se início ao estabelecimento de um “complexo territorial do agronegócio do eucalipto-celulose-papel”⁶ no leste do Mato Grosso do Sul, essa definição, segundo a autora,

[...] é utilizada para indicar a aliança em rede do setor florestal envolvendo o capital industrial, financeiro e os proprietários de terra, situação extremada do pacto de classes. Este novo cenário (re)cria conflitos expressos na resistência e na adaptação a esta reconfiguração/complexidade territorial a envolver lógicas de reprodução antagônicas materializadas em sujeitos distintos: camponeses, proprietários de terra, trabalhadores, empresários, bancos, poder público, etc. (Almeida, 2013, p. 100).

A construção da primeira fábrica de celulose do estado, no município de Três Lagoas, iniciada em fevereiro de 2007 e finalizada em março de 2009, se deu “por meio de parceria entre Fibria (resultado da fusão das empresas Votorantim Celulose e Papel e Aracruz Celulose, em 2009) e International Paper/IP” (Almeida, 2013, p. 101). O processo de fusão que resultou na empresa Fibria (atualmente Suzano Papel e Celulose) teve importante participação do BNDES, “que passou a ser responsável por 30% das ações ordinárias da empresa” (Neves; Santos, 2018, p. 263).

Negociações como esta expressam os vínculos orgânicos entre Estado e capital, legitimando-se, por meio do poder público, processos com fortes implicações políticas e espaciais. A tal processo de legitimação, fundamentado nos vínculos objetivos entre Estado e Capital, como na mediação do BNDES, soma-se o fortalecimento da ideia que associa “desenvolvimento” à “progresso”, e este à termos como “emprego”, “sucesso”, “qualidade de vida”, etc. (Neves; Santos, 2018, p. 263).

Desde então, o setor está em constante expansão do leste do MS:

- Em junho de 2010 a empresa Eldorado Brasil, com sede em Três Lagoas lançou a pedra inaugural de sua fábrica e em 2012 iniciou suas operações (Almeida, 2013);
- No ano de 2017, a Suzano ampliou sua presença com a abertura da fábrica "Horizonte 2", iniciada em 2015, em Três Lagoas (Neves; Santos, 2018), e em julho de 2024, a empresa iniciou a operação de sua nova unidade em Ribas do Rio Pardo;
- Em agosto de 2024 a empresa Bracell divulgou a construção de uma nova fábrica de celulose no município de Água Clara, posteriormente deu indícios de

⁶ Atualmente a produção de papel, no estado, perdeu importância frente a celulose de fibra curta, tendo representado 0,86% das exportações de produtos florestais do MS em 2024 contra 99,06% da celulose (Famasul, 2025). Entendemos, assim, que complexo territorial da celulose melhor evidencia como se dá a especialização produtiva regional do setor.

mudança para Bataguassu, onde foi produzido estudo de impacto ambiental (Portal Celulose, 2025b);

- Em abril de 2025 a empresa Arauco lançou a pedra inaugural de sua fábrica no município de Inocência (Portal Celulose, 2025a).

A inauguração da primeira fábrica em Três Lagoas, em 2009, contou com a presença do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva (Neves; Santos, 2018) e novamente em 2024, em Ribas do Rio Pardo (Planalto, 2024). O presidente em exercício, Michel Temer, esteve presente na inauguração da fábrica da Eldorado em 2012 (Castro; Martins, 2012), assim como o vice-presidente Geraldo Alckmin, em 2025, em Inocência (Queiroz; Libni, 2025). Em todas as situações citadas, compareceram os governadores em exercício, em cada período.

A presença de figuras de autoridade nesses eventos evidencia o vínculo direto entre o Estado e o setor celulósico, em um processo de legitimação de sua atuação no Mato Grosso do Sul, que se materializam em investimentos, subsídios e projetos de lei. Citemos aqui três exemplos desse processo:

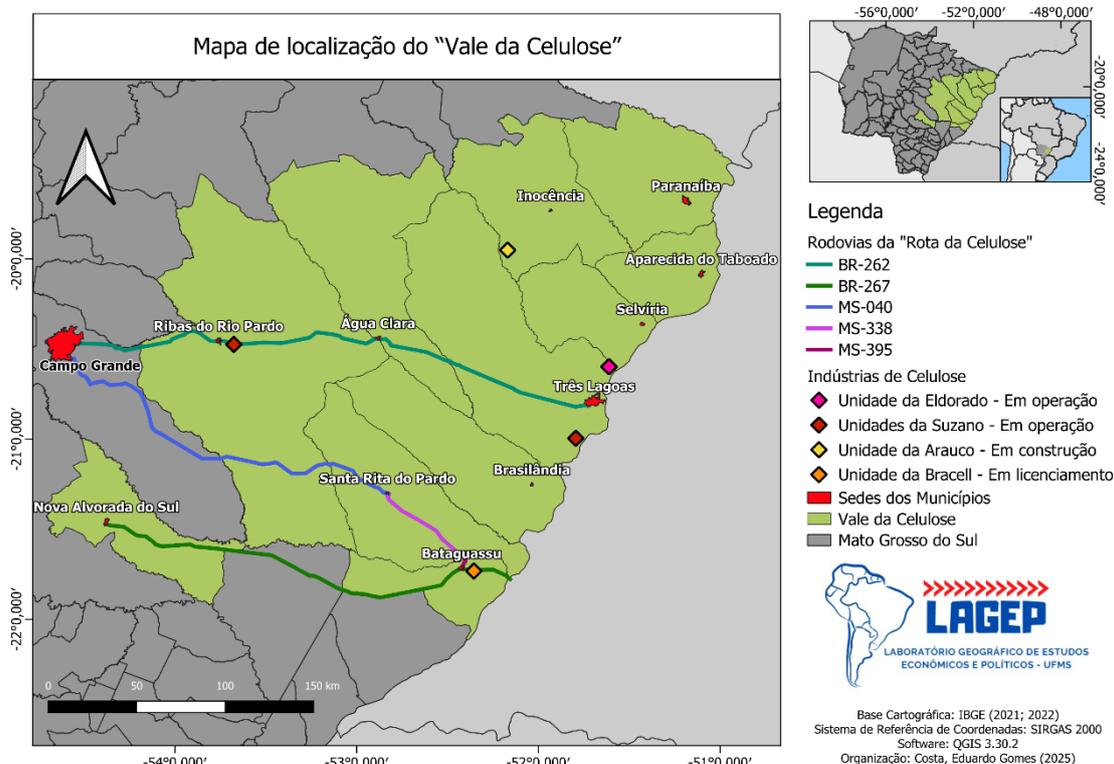
1) O Projeto de Lei 12/2025⁷ do estado do MS, ainda em tramite na assembleia legislativa estadual, que dispõe sobre a denominação oficial de "Vale da Celulose" para nomear o conjunto de municípios impulsionados pela cadeia produtiva da celulose, buscando oficializar a existência de uma região econômica, constituída por forte sentido propagandístico. A oficialização da região como setor produtivo específico do estado abre espaço de legitimidade para uma série de incentivos fiscais, subsídios e políticas públicas direcionadas a uma região que recebe uma qualificação de "aptidão" a determinada cultura de monocultivo, colocando abertamente em cheque a biodiversidade da região. Na figura 1 estão representados os onze municípios que à compõem: Água Clara, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Inocência, Nova Alvorada do Sul, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas. Desses municípios, nove estão entre os dez municípios com maior área de eucalipto plantado do estado, segundo dados do SIGA-MS (tabela 2);

2) O lançamento em janeiro de 2025, pelo governo do MS, de edital para uma parceria público-privada (PPP) para a concessão da "Rota da Celulose" (figura 1), composta por trechos de rodovias federais (BR-262 e BR-267) e estaduais (MS-040, MS-383 e MS-395), visando investimentos para a "ampliação da infraestrutura viária

⁷ Disponível em: <<http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=325086>>

em trechos estratégicos” (Ministério dos Transportes, 2025), que reforça o caráter de especialização produtiva regional;

Figura 1: Mapa de localização do “Vale da Celulose”.



Fonte: LAGEP (2025).

Tabela 2: Municípios do Mato Grosso do Sul com maior área plantada de eucalipto em 2024.

Posição	Município	Área	Porcentagem do total do estado
1	Ribas do Rio Pardo	420.579,18 ha	26,5%
2	Três Lagoas	311.947,82 ha	19,6%
3	Água Clara	163.120,14 ha	10,3%
4	Brasilândia	150.093,15 ha	9,49%
5	Selvíria	106.551,32 ha	6,7%
6	Inocência	84.128,70 ha	5,3%
7	Santa Rita do Pardo	81.232,37 ha	5,1%
8	Campo Grande	45.297,65 ha	2,8%
9	Aparecida do Taboado	35.434,40 ha	2,2%
10	Jaraguari	18.643,15 ha	1,1%

Fonte: SIGA-MS (2025). Organização dos autores.

3) A Lei nº 14.876 de 31 de maio de 2024 (Brasil, 2024) que retira o plantio de monoculturas para extração de celulose da lista de atividades que se utilizam de

recursos ambientais e são potencialmente poluidoras, permitindo seu plantio sem licenciamento ambiental e eliminando a necessidade do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA). Essa flexibilização permite uma intensificação da expansão de plantação de eucalipto, agora quase sem impedimentos legais, equiparando em certa medida as “florestas de eucalipto” à vegetação nativa, sem que se considere os impactos na biodiversidade da fauna e flora da região, produzindo isolamento de comunidades tradicionais e o desaparecimento de espécies, como aponta Dubos-Raoul e Almeida (2022).

Um estudo divulgado em março de 2025 evidencia esse processo ao correlacionar o monocultivo de eucalipto com degradação de pelo menos 350 nascentes no leste do Mato Grosso do Sul, afetando sobretudo as populações residentes nos assentamentos da região.

O estudo detalha a relação entre o plantio de eucalipto e o uso da água. Uma árvore no período de maior crescimento – cerca de três anos de idade – tem seu consumo limitado à quantidade de chuva na região. Se a precipitação anual for de 1.500 mm, a planta não consome mais do que esse volume, mas parte dessa água não chega ao solo devido a processos como:

Evaporação direta da água retida na copa das árvores antes de atingir o solo;

Drenagem profunda, que alimenta os lençóis freáticos;

Escoamento superficial, reduzindo a infiltração no solo e, conseqüentemente, a recarga hídrica das nascentes.

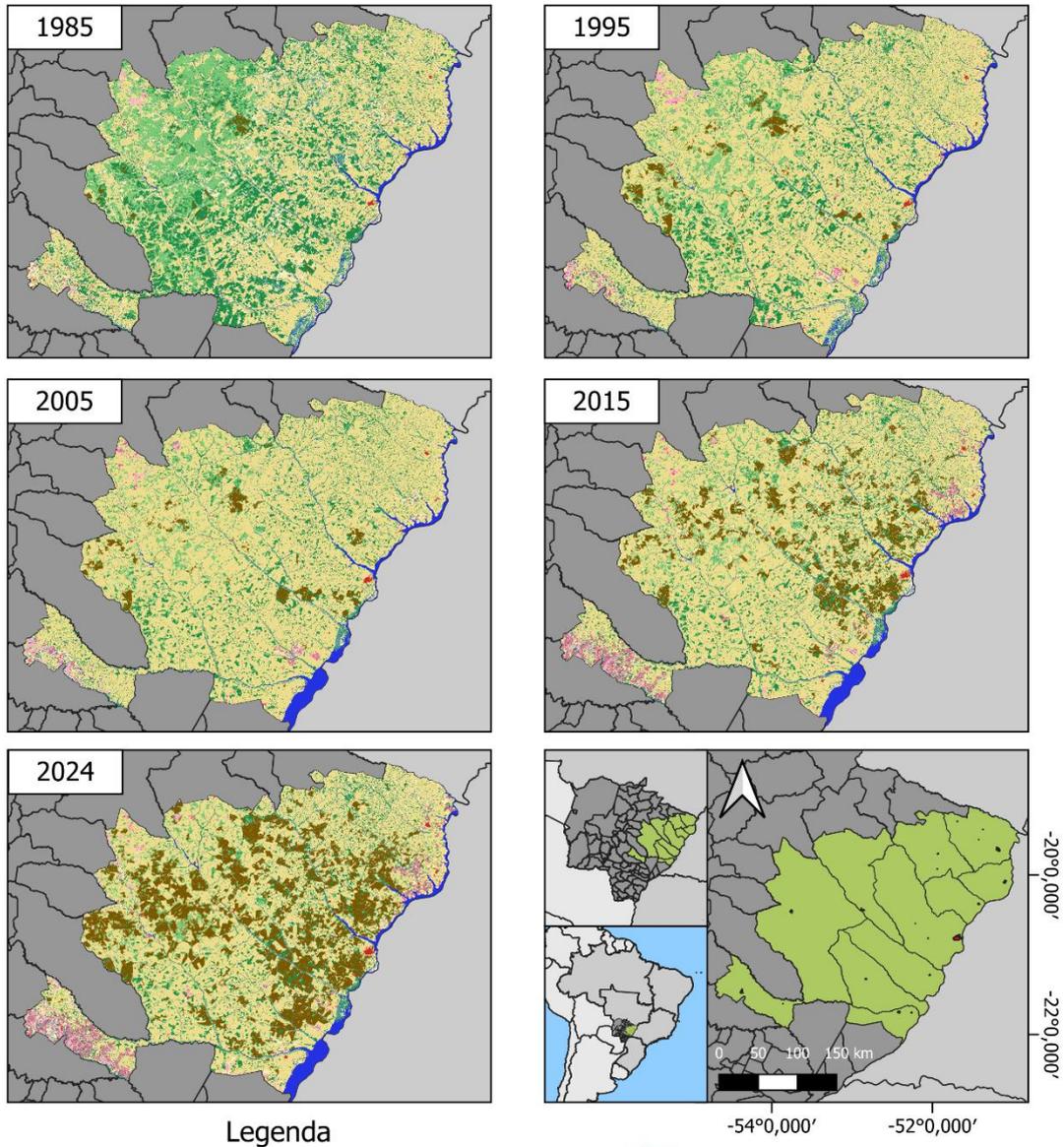
Esse comportamento hídrico do eucalipto pode afetar diretamente a disponibilidade de água para os rios, agravando a escassez já sentida pelos moradores. Em determinadas condições – como chuvas intensas seguidas –, o solo não consegue absorver toda a água, o que gera um fluxo superficial maior, prejudicando ainda mais a reposição dos lençóis subterrâneos (Mamédio, 2025, n.p.).

Usando como recortes os municípios citados no projeto de lei, combinando dados do MapBiomas Brasil e do SIGA-MS, a figura 2 demonstra, entre os anos de 1985 e 2024⁸, o avanço do agronegócio, em um primeiro momento da pecuária e a partir de 2005 do monocultivo de eucalipto, sobre a vegetação nativa, que perde 1,66 milhão de hectares de área, entre os onze municípios nesse período.

⁸ Os dados do ano de 2024 ainda não foram disponibilizados pelo MapBiomas Brasil, foram assim sobrepostos os dados disponibilizados pelo SIGA-MS.

Figura 2: Coleção de Mapas de uso e cobertura da terra na região do “Vale da Celulose”

Coleção de Mapas de Uso e Cobertura da Terra na região do "Vale da Celulose" nos anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2024



- Legenda**
- | | |
|-------------------------------|------------------------------------|
| ■ Formação Florestal | ■ Silvicultura |
| ■ Formação Savânica | ■ Mosaico de Usos |
| ■ Campo Alagado | ■ Área Urbanizada |
| ■ Formação Campestre | ■ Outras Áreas não Vegetadas |
| ■ Pastagem | ■ Rios e Lagos |
| ■ Soja | ■ Sedes dos Municípios |
| ■ Cana de Açúcar | ■ Municípios do "Vale da Celulose" |
| ■ Algodão | ■ Mato Grosso do Sul |
| ■ Outras Lavouras Temporárias | ■ Brasil |

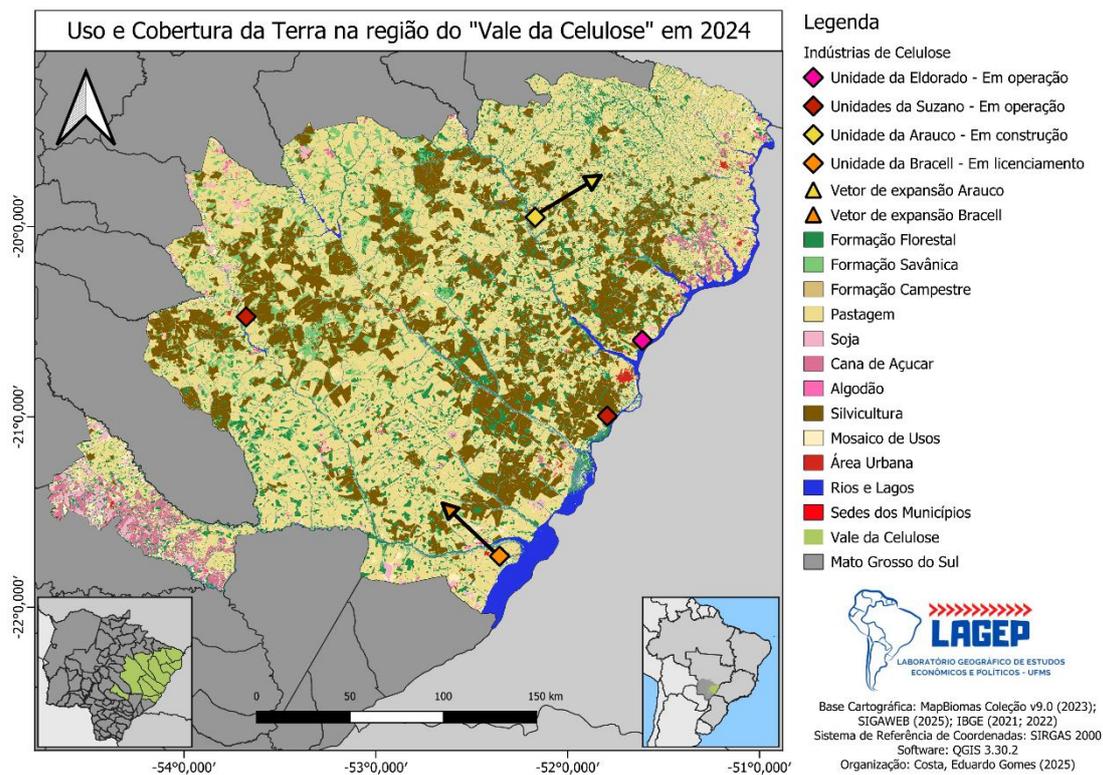


Base Cartográfica:
 MapBiomias Coleção v9.0 (2023); SIGAWEB (2025);
 IBGE (2021; 2022)
 Sistema de Referência de Coordenadas: SIRGAS 2000
 Software: QGIS 3.30.2
 Organização: Costa, Eduardo Gomes (2025)

Fonte: LAGEP (2025).

Observando atentamente, a partir da figura 3, as porções com maior concentração de eucalipto plantado, nossa hipótese é de que os projetos anunciados recentemente, fábrica da Arauco em Inocência e fábrica da Bracell potencialmente em Bataguassu, terão eixos de expansão de plantação de eucalipto para as porções menos concentradas. Ao norte, tal expansão atendendo à demanda por madeira para produção de celulose para a Arauco, e ao sul, para a Bracell, indicada pela inserção de Nova Alvorada do Sul ao Vale da Celulose, município com alta concentração de agricultura e baixa de eucalipto, e com previsão de obras na MS-267 entre o município citado e Bataguassu. Em ambos os casos, a expansão avança sobre remanescentes de vegetação nativa, corpos hídricos e pequenas propriedades, sobretudo localizadas nos municípios ao norte.

Figura 3: Uso e Cobertura da terra na região do “Vale da Celulose” em 2024.



Fonte: LAGEP (2025).

“Temos que mudar o nosso nome para estado da celulose ou vale da celulose” afirmou a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, durante a inauguração da unidade da Suzano, em Ribas do Rio Pardo, em dezembro de 2024 (Libni; Moreira, 2024). Essa frase resume com quem está o compromisso do Estado capitalista brasileiro frente as distintas formas de uso e ocupação da terra no Mato Grosso do Sul.

Considerações Finais

Buscamos neste trabalho evidenciar a relação direta entre a subordinação dependente do Estado brasileiro frente aos países imperialistas e a degradação ambiental, produzida através da inserção do país no comércio mundial pela especialização produtiva em *commodities* e a troca desigual, que resulta na transferência massiva de valor da periferia para o centro.

Os mecanismos de compensação frente a essa perda de valor são expressos por uma superexploração da força de trabalho e uma superexploração da natureza, tendo como exemplo empírico a expansão da produção do complexo territorial da celulose no leste do Mato Grosso do Sul, com a construção de novas fábricas e de novas áreas de eucalipto plantado, com amplo esforço e apoio do Estado.

As consequências desse processo, são os impactos da crise ambiental global que são sentidos de maneiras distintas entre países os países subordinados e centrais, como apontado em relatório do IPCC de 2022: As Américas estão "altamente expostas, vulneráveis e fortemente impactadas pelas mudanças climáticas" (Dantas, 2022).

Cabe por fim considerar que a degradação da natureza é determinante para a expansão do capital, e sua superação dessas condições é impossível sem a superação do modo de produção vigente.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. A. de. Territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul: Sobreposição do uso da terra em relação a outros modos de vida. *In*: MENEGAT, A. S.; PEREIRA, V. A. (org.). **Movimentos sociais em redes de diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos**. Dourados, MS: Universidade Federal Da Grande Dourados, 2013.

BRASIL. **Lei nº 14.876 de 31 de maio de 2024**. Altera a descrição do Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Brasília (DF), 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14876.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

CASTRO, N.; MARTINS, C. Com presença de Michel Temer, Eldorado Brasil é inaugurada. **Campo Grande News**, Três Lagoas, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/economia/com-presenca-de-michel-temer-eldorado-brasil-e-inaugurada>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CHAUI, M. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción**, [s. l.], v. 10, n. 18, p. 307–328, 2020.

DANTAS, C. Relatório do IPCC faz alerta sobre impacto desigual da crise do clima e põe Brasil entre vulneráveis; veja 5 pontos. **G1**, 01 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2022/03/01/relatorio-do-ipcc-faz-alerta-sobre-impacto-desigual-da-crise-do-clima-e-poe-brasil-entre-vulneraveis-veja-5-pontos.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2025

DUBOS-RAOUL, M.; ALMEIDA, R. A. de. A chegada do eucalipto no município de Três Lagoas (MS) na percepção dos moradores das comunidades rurais de Arapuá e Garcias: entre a sujeição e a resistência territorial. **REVISTA NERA**, [s. l.], v. 25, n. 64, p. 44–71, 2022.

FAMASUL. Boletim Casa Rural - Florestas Plantadas. **Boletim**, [s. l.], v. 53, 2025. Disponível em: <https://portal.sistemafamasul.com.br/sites/default/files/boletimcasapdf/Boletim%20Florestas%20Plantadas%20Ed%2053.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FRANCO, L. Em quais produtos o Brasil é líder em exportação? Veja a lista. **Globo Rural**, São Paulo (SP), 30 jul. 2024. Disponível em: <https://globorural.globo.com/agricultura/noticia/2024/07/em-quais-produtos-o-brasil-e-lider-em-exportacao-veja-a-lista.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2025

FREITAS, R. D. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 41–51, 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991**. 2. eded. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIBNI, T.; MOREIRA, R. Projeto Cerrado: Em inauguração de mega fábrica de celulose, Riedel destaca força de cadeia produtiva de MS. **G1 MS**, 05 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/12/05/projeto-cerrado-em-inauguracao-de-mega-fabrica-de-celulose-riedel-destaca-forca-de-cadeia-produtiva-de-ms.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MAMÉDIO, L. Estudo inédito revela impacto ambiental do eucalipto em assentamentos do Bolsão. **Campo Grande News**, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/estudo-inedito-revela-impacto-do-eucalipto-no-solo-e-na-agua-de-assentamentos-no/>. Acesso em: 15 abr. 2025

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo, SP: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Rota da Celulose: Novo edital é lançado e leilão já tem data marcada. **GOV**, 03 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2025/01/rota-da-celulose-novo-edital-e-lancado-e-leilao-ja-tem-data-marcada>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NEVES, J. C.; SANTOS, T. A. A Produção Capitalista do Espaço em Três. Lagoas (Ms): Ideologias e Representações. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 255–278, 2018.

NEWE SEGUROS. Boletim Logístico mostra desempenho das exportações de soja e milho em 2023/24 e aponta tendência para 2024/25. **Newe Seguros**, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://neweseguros.com.br/exportacoes-soja-milho-seguro-rural/>. Acesso em: 15 abr. 2025

OLIVEIRA, L. D. **Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

ONU. Hottest July ever signals ‘era of global boiling has arrived’ says UN chief. **UN News**, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/07/1139162>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PALAR, J. V.; GRANATO, L. A questão ambiental a partir da teoria marxista da dependência: possíveis diálogos e intersecções. **Cadernos Cemarx**, [s. l.], v. 17, 2023. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/17429>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PLANALTO. Presidente Lula participa da inauguração da fábrica de celulose da Suzano, em Ribas do Rio Pardo (MS). **GOV**, 03 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/12/presidente-lula-participa-da-inauguracao-da-fabrica-de-celulose-da-suzano-em-ribas-do-rio-pardo-ms>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PORTAL CELULOSE. Arauco lança pedra fundamental do Projeto Sucuriú em Inocência (MS). **Portal Celulose**, 10 abr. 2025a. Disponível em: <https://portalcelulose.com.br/arauco-lanca-pedra-fundamental-do-projeto-sucuriu-em-inocencia-ms/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PORTAL CELULOSE. Bracell sinaliza mudança de planos e prioriza Bataguassu (MS) para nova fábrica de celulose. **Portal Celulose**, 8 abr. 2025b. Disponível em: <https://portalcelulose.com.br/bracell-sinaliza-mudanca-de-planos-e-prioriza-bataguassu-ms-para-nova-fabrica-de-celulose/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PRIZIBISCZKI, C. Planeta perdeu 11 campos de futebol de florestas por minuto em 2022; Brasil lidera ranking. **O Eco**, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/planeta-perdeu-11-campos-de-futebol-de-florestas-por-minuto-em-2022-brasil-lidera->

ranking/?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=whatsapp&utm_source=im.
Acesso em: 15 abr. 2025

QUEIROZ, D.; LIBNI, T. Alckmin participa de lançamento de pedra fundamental de indústria de celulose Arauco em Inocência (MS). **G1 MS**, 09 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/04/09/alckmin-participa-de-lancamento-de-pedra-fundamental-de-industria-de-celulose-arauco-em-inocencia-ms.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RODRIGUES, P. Conservação é desafio para todos os países que detêm Amazônia, mas Brasil e Bolívia lideram perda florestal. **G1**, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/08/07/conservacao-e-desafio-para-todos-os-paises-que-detem-amazonia-mas-brasil-e-bolivia-lideram-perda-florestal.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2025

SIQUEIRA, R. Com crescimento de 436% na área de florestas plantadas e polo de megafábricas, MS mostra potência do Vale da Celulose. **SEMADESC**, 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/com-crescimento-de-436-na-area-de-florestas-plantadas-e-polo-de-megafabricas-ms-mostra-potencia-do-vale-da-celulose/>. Acesso em: 15 abr. 2025

XAVIER, G. L. Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro. **Argumentum**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 147–160, 2017.

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do jornal, cidade de publicação (se houver), dia, mês e ano. Seção (caso exista). Disponível em: . Acesso em: dia, mês e ano.